

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 16/2025**  
**UASG: 987541****INFORMAÇÕES BÁSICAS**

- **Número do Processo:** /2025
- **Órgão Requisitante:** Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania
- **Responsável pela Elaboração:** Cátia Bonin
- **Data de Elaboração:** 17/7/2025

**1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (art. 18 § 1º inciso I da Lei 14.133/2021)**

A adolescência é uma fase complexa e decisiva do desenvolvimento humano, marcada por intensas transformações físicas, emocionais, sociais e identitárias. Como etapa de transição entre a infância e a vida adulta, ela demanda atenção prioritária e permanente do Estado e da sociedade. No âmbito da Política de Assistência Social, a proteção integral da adolescência é uma obrigação indelegável do poder público, nos termos da Constituição Federal de 1988, do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990) e da Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº 8.742/1993). A presente demanda decorre da constatação de que adolescentes entre doze e dezoito anos, em situação de vulnerabilidade pessoal e social, vêm enfrentando desafios que comprometem de maneira severa seus direitos fundamentais e suas perspectivas de futuro, exigindo, portanto, uma resposta pública estruturada, continuada e intersetorial.

No município de Dois Vizinhos, que conta com aproximadamente 50 mil habitantes, a rede socioassistencial tem registrado um crescimento significativo na demanda por ações voltadas ao público adolescente, especialmente por parte daqueles que se encontram afastados dos espaços escolares, em situação de fragilidade nos vínculos familiares e comunitários, ou em risco de exposição à violência, negligência, envolvimento com práticas infracionais, uso de substâncias psicoativas e outras formas de violação de direitos. Essa realidade se expressa diariamente nos atendimentos realizados pelos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), que identificam, com frequência, situações-limite vivenciadas por jovens em territórios marcados por exclusão, desproteção e ausência de oportunidades.

A ausência de espaços seguros, de convivência qualificada, de oportunidades de socialização positiva e de atividades que estimulem o desenvolvimento de competências socioemocionais e cidadãs tem contribuído para o agravamento das situações de vulnerabilidade. Muitos desses adolescentes permanecem grande parte do dia em contextos desestruturados, sem acompanhamento adequado, o que aumenta significativamente os riscos de evasão escolar, adoecimento psíquico, conflitos com a lei e perpetuação dos ciclos de exclusão social. A literatura técnica e a experiência dos profissionais da rede apontam que a ausência de políticas públicas focalizadas na adolescência tende a aprofundar desigualdades e produzir efeitos prolongados sobre a trajetória desses jovens, afetando sua inserção social, sua autonomia e sua capacidade de construção de projetos de vida viáveis.

É nesse contexto que se consolida a necessidade de criação e manutenção de um espaço socioeducativo voltado ao atendimento de adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade, com foco no fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, na promoção da cidadania e na prevenção de violações de direitos. Trata-se de um espaço que deve operar sob a lógica da proteção social básica, articulando metodologias participativas, escuta qualificada, respeito à identidade juvenil e estímulo ao protagonismo. A intervenção junto ao público adolescente não pode se limitar à resposta a situações de emergência, mas deve ser pensada como um processo



Município de  
**Dois Vizinhos**  
 Estado do Paraná

contínuo de desenvolvimento humano, de construção de pertencimento e de valorização das potencialidades individuais e coletivas.

A Política Nacional de Assistência Social e a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais preconizam a oferta de serviços continuados, com planejamento técnico, equipe capacitada e estrutura física apropriada, voltados à convivência e ao fortalecimento de vínculos para o público infantojuvenil. No caso específico da adolescência, é fundamental a existência de programas e projetos que promovam o senso de responsabilidade, o respeito às normas de convivência, o exercício da cidadania, o autocuidado, a convivência comunitária e a valorização da diversidade. Esses serviços são essenciais para a formação de jovens mais conscientes, solidários e integrados à vida social, atuando também na prevenção de comportamentos de risco e na superação de vulnerabilidades.

A implementação de parcerias com organizações da sociedade civil, nos moldes da Lei nº 13.019/2014, permite ao poder público ampliar sua capacidade de resposta às demandas sociais, por meio de uma atuação complementar que respeita os princípios da legalidade, economicidade, eficiência e transparência. Ao selecionar entidades que já atuam em consonância com os princípios e diretrizes da Política de Assistência Social, com metodologia própria e experiência comprovada na área, a administração pública assegura maior capilaridade às suas ações e promove um atendimento mais eficaz e humanizado aos adolescentes em situação de vulnerabilidade. Essa cooperação entre Estado e sociedade civil é não apenas legítima, mas desejável, sobretudo quando o objetivo é garantir direitos fundamentais a um público historicamente negligenciado.

No caso presente, a proposta prevê o desenvolvimento de atividades estruturadas e metodologicamente fundamentadas, tais como oficinas de cidadania, civismo, formação para a vida comunitária, artes marciais, esportes, expressão corporal, cultura digital e rodas de conversa, todas voltadas ao desenvolvimento integral do adolescente. Essas atividades não devem ser entendidas como meramente recreativas, mas sim como dispositivos pedagógicos de promoção de autoestima, fortalecimento identitário, construção de vínculos saudáveis, prevenção de violências e formação ética e cidadã. Cada oficina, cada encontro, cada interação proposta deve ser compreendida como parte de uma estratégia mais ampla de emancipação social e fortalecimento da rede de proteção.

Portanto, a necessidade de contratação de entidade especializada para execução de projeto voltado ao atendimento de adolescentes em situação de vulnerabilidade é real, concreta, legítima e tecnicamente justificada. Sua realização responde a um problema público claramente diagnosticado pela rede de proteção local, e sua ausência implicaria não apenas omissão institucional, mas também retrocesso no campo da garantia de direitos. O investimento em ações voltadas à adolescência é, antes de tudo, um investimento no futuro da coletividade. Ao assegurar um espaço de escuta, pertencimento e formação cidadã para os adolescentes do município, o poder público reafirma seu compromisso com os fundamentos da proteção integral e com os princípios que regem a política pública de assistência social, contribuindo decisivamente para a construção de uma sociedade mais justa, segura e solidária.

## **2. LEVANTAMENTO DE POSSÍVEIS SOLUÇÕES E ANÁLISE COMPARATIVA (art. 18 § 1º inciso V da Lei 14.133/2021)**

A necessidade de enfrentamento das situações de risco social envolvendo adolescentes entre 12 e 18 anos em situação de vulnerabilidade no município de Dois Vizinhos tem sido reiteradamente identificada pelos equipamentos da proteção social básica e especial, notadamente os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Esses serviços



Município de

# Dois Vizinhos

Estado do Paraná

relatam a existência de um público crescente composto por adolescentes expostos a múltiplas formas de desproteção, incluindo negligência familiar, abandono afetivo, violência doméstica, evasão escolar, uso precoce de substâncias psicoativas, aproximação de redes infracionais, além de condições materiais adversas como insegurança alimentar, ausência de acesso a atividades educativas, culturais e formativas, e ausência de espaços de pertencimento comunitário. Tais situações configuram violações de direitos fundamentais e impõem ao poder público o dever jurídico e ético de implementar políticas públicas específicas, estruturadas e articuladas, capazes de assegurar a proteção integral e o pleno desenvolvimento desse segmento, conforme estabelecem o artigo 227 da Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Política Nacional de Assistência Social (PNAS).

Diante da gravidade e da continuidade da demanda, impõe-se uma análise criteriosa e tecnicamente fundamentada das alternativas institucionais disponíveis para a execução de uma resposta pública eficiente, eficaz, adequada à natureza do objeto e compatível com os princípios da economicidade e da legalidade. Trata-se de um problema público de alta complexidade social, que exige soluções duradouras, regulares e metodologicamente consistentes. A experiência acumulada pela rede municipal revela que a atenção a adolescentes em situação de risco não pode ser fragmentada ou episódica, mas deve ocorrer de maneira sistemática, com presença diária de equipe técnica qualificada, infraestrutura física apropriada e práticas fundamentadas na escuta ativa, na mediação de conflitos, no fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e no estímulo ao protagonismo juvenil. A estrutura pública atual, embora comprometida com a proteção social, encontra-se limitada em sua capacidade institucional, física e orçamentária para assumir, de forma direta, a execução integral de um projeto dessa magnitude. A realização do atendimento diário de cerca de 130 adolescentes, no contraturno escolar, demandaria expansão significativa do número de servidores, da infraestrutura operacional, dos insumos pedagógicos e do aparato administrativo, o que, no cenário atual, não se mostra viável nem do ponto de vista financeiro, nem no que diz respeito ao tempo de implementação.

A Constituição Federal, em seu artigo 204, inciso I, já legitima a execução descentralizada da política de assistência social, por meio de parcerias com entidades privadas sem fins lucrativos. A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) reafirmam esse entendimento, reconhecendo o papel estratégico das organizações da sociedade civil (OSCs) na implementação de ações socioassistenciais que exigem inserção territorial, escuta qualificada e metodologias próprias de intervenção junto a públicos em situação de vulnerabilidade. O marco regulatório das parcerias, instituído pela Lei nº 13.019/2014, consolida essa diretriz ao prever instrumentos jurídicos específicos, como o termo de fomento, que possibilitam ao poder público firmar parcerias com OSCs que apresentem planos de trabalho compatíveis com as políticas públicas setoriais, com observância aos princípios da administração pública.

No caso do município de Dois Vizinhos, a análise de alternativas apontou a inexistência de estrutura pública já instalada que permita a execução direta do objeto com a qualidade, o alcance e a tempestividade exigidos. As soluções por meio de licitação convencional, como pregão eletrônico ou concorrência para contratação de serviços, mostraram-se inadequadas, uma vez que o objeto não se configura como serviço comum nem como fornecimento de bem mensurável, mas como um conjunto de atividades socioeducativas, formativas e comunitárias de natureza relacional, subjetiva e participativa. A execução dessas ações exige presença territorial consolidada, diálogo permanente com a rede de proteção, experiência técnica com o público adolescente, sensibilidade na abordagem das vulnerabilidades específicas da juventude e capacidade de elaborar e executar metodologias participativas adaptadas à realidade





Município de  
**Dois Vizinhos**  
 Estado do Paraná

local. Tais atributos são intrínsecos ao perfil institucional de organizações da sociedade civil e, por sua natureza, não são exigíveis ou mensuráveis nos moldes dos procedimentos licitatórios tradicionais, sob risco de descaracterização do próprio objeto da política pública.

A adoção do termo de fomento, portanto, apresenta-se como a solução juridicamente adequada e tecnicamente mais pertinente. Esse instrumento legal é previsto na Lei nº 13.019/2014 para formalização de parcerias entre a administração pública e organizações da sociedade civil, respeitando a lógica da mútua cooperação, por meio de chamamento público, e a pactuação de planos de trabalho com objetivos, metas, indicadores, cronograma físico-financeiro e mecanismos de avaliação e acompanhamento. A natureza dessa relação distingue-se claramente dos contratos administrativos, justamente por reconhecer o papel complementar, propositivo e territorial das OSCs, permitindo que a execução das políticas públicas ganhe agilidade, capilaridade e efetividade.

O levantamento de mercado realizado pelo município identificou que, além das limitações estruturais da administração direta, há escassez de OSCs formalmente habilitadas com atuação especializada no atendimento contínuo de adolescentes em situação de vulnerabilidade. Tal escassez reforça a urgência na formalização de parcerias que viabilizem a continuidade e a qualificação de ações voltadas à proteção e ao fortalecimento de vínculos desse público, evitando lacunas institucionais que comprometam a confiança da rede, os vínculos estabelecidos com os jovens e os resultados positivos já alcançados em experiências anteriores. A interrupção dessas ações comprometeria gravemente os processos de pertencimento e emancipação, podendo provocar desmobilização, retraimento e reexposição dos adolescentes aos ciclos de risco dos quais estavam em processo de superação.

Do ponto de vista econômico, a adoção do termo de fomento como instrumento de execução representa a alternativa mais racional e eficiente, pois centraliza os recursos em um único plano de trabalho, evita duplicações de estruturas e despesas, e potencializa os efeitos sociais das ações implementadas. O custo médio mensal por adolescente é substancialmente inferior ao dos serviços de acolhimento institucional ou de programas terceirizados, ao mesmo tempo em que oferece condições de gerar impactos qualitativos robustos, que não se restringem a indicadores quantitativos. O investimento em ações de formação cidadã, convivência comunitária, prevenção de riscos e fortalecimento de vínculos familiares representa uma estratégia de transformação social de médio e longo prazo, cujos benefícios repercutem para além do público diretamente atendido.

Ademais, a pactuação por meio de termo de fomento possibilita maior controle institucional, integração intersetorial, transparência dos procedimentos e avaliação periódica dos resultados, favorecendo a sistematização de boas práticas e a consolidação de metodologias que poderão orientar futuras políticas públicas. A formalização de parcerias com base em plano de trabalho detalhado fortalece a cultura do planejamento, da mensuração de impacto e da governança participativa, evitando a dispersão de recursos, a sobreposição de iniciativas e a descontinuidade das ações.

Dessa forma, a escolha pela solução via termo de fomento, precedida por chamamento público e orientada pelas diretrizes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), revela-se não apenas legal e legítima, mas absolutamente necessária e estrategicamente coerente com a realidade social do município. Trata-se de uma resposta qualificada, ética, transparente e comprometida com os direitos fundamentais da adolescência. A atuação conjunta entre o poder público e a sociedade civil organizada, em regime de cooperação e corresponsabilidade, é a via mais eficaz para garantir a continuidade das ações de proteção social, consolidar trajetórias de cidadania



Município de  
**Dois Vizinhos**  
Estado do Paraná

e promover a inclusão social de adolescentes em situação de vulnerabilidade em Dois Vizinhos.

**3. ESTIMATIVA DE QUANTIDADE (art. 18 § 1º inciso IV da Lei 14133/2021)**

As quantidades estimadas para contratação, levam em conta o número de adolescentes atendidos e/ou já encaminhados por esta Secretaria em anos anteriores.

**4. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso VI da Lei 14.133/2021);**

Estima-se o valor da contratação em R\$ 504.000,00 (quinhentos e quatro mil reais).

**5. ANÁLISE DOS RISCOS (art. 18 § 1º inciso X da Lei 14.133/2021)**

Risco	Dano Potencial	Ações de Prevenção	Ações de Contingência
Descontinuidade das atividades por atraso no repasse de recursos	Interrupção dos atendimentos às crianças, comprometendo a continuidade da proteção	Planejamento financeiro detalhado com cronograma de repasses e reserva técnica	Reprogramação imediata do cronograma e acionamento do fundo de reserva
Baixa adesão das famílias às atividades propostas	Redução do impacto social do projeto e enfraquecimento dos vínculos familiares	Criação de estratégias de mobilização e escuta ativa das famílias desde o início	Realização de visitas domiciliares e encontros com mediação da equipe técnica
Desligamento de membros da equipe técnica	Prejuízo à continuidade metodológica e à qualidade das intervenções	Manutenção de um banco de profissionais e plano de capacitação continuada	Contratação emergencial conforme banco de dados e reorganização de funções
Falta de articulação com a rede de proteção	Isolamento da ação socioassistencial e perda de efetividade na proteção integral	Agendamento regular de reuniões com CRAS, CREAS e rede intersetorial	Convocação de reunião extraordinária da rede para alinhamento emergencial



Identificação de situação grave de violação de direitos não prevista no fluxo	Risco não mitigado à integridade física ou emocional da criança	Treinamento prévio da equipe sobre encaminhamentos e protocolos	Atendimento emergencial pelo CREAS e Conselho Tutelar com proteção imediata
Desastres naturais ou eventos climáticos que impossibilitem o funcionamento	Suspensão temporária das atividades com prejuízos ao cronograma	Previsão de plano de atendimento remoto e parcerias com escolas e abrigos	Transferência provisória das atividades para espaços alternativos seguros
Baixa frequência dos adolescentes nas atividades ofertadas	Desalinhamento pedagógico, perda de vínculos e baixa efetividade das ações	Planejamento de atividades atrativas e individualizadas com avaliação contínua	Criação de plano de incentivo à participação com apoio das escolas e rede
Problemas com prestação de contas ou documentação técnica	Risco de inadimplência da parceria e suspensão da continuidade	Acompanhamento técnico da parceria com suporte contábil e jurídico constante	Correção documental imediata com reapresentação e suporte técnico do concedente

## **6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 18 § 1º inciso VII da Lei 14.133/2021)**

A solução proposta consiste na formalização de parceria, por meio de termo de fomento precedido de chamamento público, com organização da sociedade civil qualificada para a execução de atividades socioeducativas, formativas e psicossociais voltadas a adolescentes entre 12 e 18 anos em situação de vulnerabilidade social no município de Dois Vizinhos, com foco na promoção da convivência comunitária, fortalecimento de vínculos, desenvolvimento de competências para a vida e prevenção de situações de risco, garantindo atendimento contínuo e planejado no contraturno escolar, com metodologia própria, equipe multiprofissional e estrutura adequada, conforme as diretrizes da Política Nacional de Assistência Social e da Lei nº 13.019/2014.

## **7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso III da Lei 14.133/2021)**

Os requisitos da contratação, considerando a formalização de parceria por meio de termo de fomento com organização da sociedade civil para execução de ações voltadas ao atendimento de 120 adolescentes em situação de vulnerabilidade social no município de Dois Vizinhos, são os seguintes:

A organização proponente deverá comprovar, no momento da apresentação da proposta, experiência prévia mínima de dois anos na realização de atividades socioeducativas, formativas e psicossociais com adolescentes, preferencialmente em contexto de vulnerabilidade, apresentando documentos comprobatórios, tais como relatórios de execução, declarações de órgãos públicos parceiros ou materiais



Município de

# Dois Vizinhos

Estado do Paraná

institucionais. Deverá possuir sede ou unidade de atendimento no território do município, com infraestrutura física compatível com a execução das atividades previstas no plano de trabalho, incluindo espaços apropriados para oficinas, salas multiuso, banheiros adequados, acessibilidade e condições de segurança.

Além disso, a organização deverá apresentar plano de trabalho detalhado, com objetivos claros, metas mensuráveis, metodologia coerente, cronograma físico-financeiro e estratégias de monitoramento e avaliação, em conformidade com os princípios da Lei nº 13.019/2014 e as diretrizes da Política Nacional de Assistência Social.

A entidade deverá demonstrar capacidade de articulação com a rede socioassistencial do município, especialmente com CRAS, CREAS, escolas, Conselho Tutelar e demais políticas públicas correlatas, e compromisso com a execução continuada do serviço, respeitando os horários e períodos acordados, preferencialmente no contraturno escolar. Por fim, deverá prever mecanismos de escuta qualificada dos adolescentes e de suas famílias, espaços de participação social, prestação de contas transparente e abertura à fiscalização dos órgãos de controle.

## DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA TERMO DE FOMENTO:

- a) Ofício do Representante da Entidade solicitando a celebração da parceria para execução do Plano de Trabalho.
- b) Plano de Trabalho em conformidade com o art. 116 da Lei Federal nº 8.666/1993 e art. 22 da Lei nº 13.019/2014.
- c) Certidão de existência jurídica expedida pelo cartório de registro civil ou cópia do estatuto registrado e de eventuais alterações ou, tratando-se de sociedade cooperativa, certidão simplificada emitida por junta comercial; É necessário estar previsto no estatuto que, a(s) organização(ões) da sociedade civil tem objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social, e, que em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido seja transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos da Lei 13019/2014 e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta.
- d) Ata de eleição do quadro dirigente atual, comprovação dos poderes de representação daqueles que firmarão o termo de transferência.
- e) Evidenciar no mínimo 1 (um) ano de existência, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ.
- f) Apresentar relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, com endereço, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB de cada um deles.
- g) Comprovação de que a organização da sociedade civil funciona no endereço por ela declarado; a) comprovante de água, energia elétrica ou telefone em nome da entidade, contrato de locação, instrumento de concessão real de uso.
- h) Certidão Liberatória do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.
- i) Certidão Liberatória ou documento equivalente, expedida por órgão municipal competente, quanto à regularidade das Transferências Voluntárias Municipais.
- j) Prova de regularidade com a Fazenda Federal será efetuada por meio da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil





# Município de Dois Vizinhos

Estado do Paraná

(RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), da sede do licitante.

- k) Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual** por meio da apresentação da respectiva certidão negativa de débito ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, pelo respectivo objeto, está isento de inscrição estadual.
- l) Prova de regularidade com a **Fazenda Municipal** será feita por meio da certidão negativa, ou se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, pelo respectivo objeto, está isento de inscrição municipal.
- m) Prova de Regularidade relativa do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**).
- n) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa (CNDT).
- o) Certificação da Proponente como Entidade de Utilidade Pública no âmbito do município de Dois Vizinhos, para as entidades privadas tomadoras de recursos.
- p) Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

A validade do Balanço aceito para essa licitação é:

até o último dia útil do mês de maio do ano seguinte ao ano-calendário a que se refere a escrituração para os que optarem por apresentar o balanço na versão ECD.

até o último dia útil do mês de abril do ano seguinte ao ano-calendário a que se refere a escrituração para os que optarem por apresentar o balanço nas demais versões ou seja não ECD.

O Balanço Patrimonial exigível na forma da Lei compreende o Balanço Patrimonial do último exercício social assinado por contador e representante legal da empresa, devidamente acompanhado do Termo de Abertura e do Termo de Encerramento do Livro Diário e das Demonstrações Contábeis - obrigatória a DRE, com o devido registro na \*Junta Comercial.

\*já para as empresas que optaram pelo Sistema Público de Escrituração Digital – SPED é necessário a apresentação do Recibo de Entrega de Escrituração Contábil Digital

- q) Evidenciar experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou da natureza semelhante apresentando atestado(s) de experiência emitido(s) por organizações/órgãos públicos para os quais realizou ações semelhantes contendo a descrição do trabalho realizado de forma pormenorizada, o número de beneficiários, bem como os resultados alcançados.
- r) Evidenciar instalações, condições materiais e capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades previstas ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas apresentando uma Declaração que disponibilizará a estrutura de recursos humanos e estrutura física para a realização da ação objeto do termo de parceria compatível com as exigências do edital
- s) Declaração Unificada





Município de

**Dois Vizinhos**

Estado do Paraná

**INSTALAÇÃO DE ESCRITÓRIO**

( ) SIM

(x) NÃO

**8. JUSTIFICATIVAS (Art. 18, inciso IX da Lei 14133/2021)**

Não aplicável a este processo, uma vez que se trata da formalização de Termo de Fomento.

**9. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS e CONTRATAÇÃO SUSTENTÁVEL (art. 18 § 1º inciso XII da Lei 14.133/2021)**

Não aplicável a este processo, uma vez que se trata da formalização de Termo de Fomento.

**10. DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (art. 18 § 1º inciso IX da Lei 14.133/2021)**

Os resultados pretendidos com a execução do plano de trabalho, por meio da parceria com organização da sociedade civil selecionada, consistem no atendimento contínuo, qualificado e sistemático de **120 adolescentes entre 12 e 18 anos**, em situação de vulnerabilidade social, com vistas à promoção de seu desenvolvimento integral, fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, prevenção de situações de risco e garantia de direitos. Espera-se que, ao longo da execução do projeto, esses adolescentes tenham acesso regular a atividades socioeducativas, culturais, esportivas e de formação para a cidadania, organizadas em oficinas temáticas conduzidas por equipe multiprofissional qualificada, em espaço seguro e afetivo. Pretende-se ainda o acompanhamento psicossocial dos adolescentes e de seus familiares, visando à construção de projetos de vida positivos, à melhora das relações familiares, à ampliação da autoestima, da autonomia e da participação comunitária. O projeto almeja contribuir de forma concreta para a redução de índices de evasão escolar, envolvimento com comportamentos de risco e rompimento de vínculos familiares, além de fortalecer a atuação da rede de proteção e consolidar estratégias locais de enfrentamento das desigualdades sociais que afetam a juventude do município. Ao final do período de execução, espera-se a obtenção de indicadores qualitativos e quantitativos que evidenciem a efetividade da ação, como a frequência regular dos adolescentes, o engajamento nas atividades propostas, o fortalecimento de vínculos interpessoais e a identificação de avanços na trajetória de desenvolvimento dos participantes.

**11. REGIME DE FORNECIMENTO (Art. 18, inciso VII da Lei 14.133/2021)**

O regime de prestação de serviços será executado sob a forma de mútua cooperação entre a administração pública e a organização da sociedade civil selecionada, conforme previsto no artigo 2º, inciso VIII, da Lei nº 13.019/2014, mediante repasse de recursos públicos para custeio das ações descritas no plano de trabalho, sem geração de vínculo empregatício com o poder público e com execução integral a cargo da entidade parceira. As atividades ocorrerão de forma direta e continuada, no espaço físico da própria organização, sob responsabilidade técnica e administrativa da mesma, com autonomia na condução dos processos internos, respeitadas as metas, prazos, diretrizes metodológicas, plano de aplicação de recursos e mecanismos de monitoramento definidos previamente na parceria, estando a entidade obrigada à prestação de contas regular e à manutenção dos registros físicos e financeiros exigidos pela legislação vigente.



**12. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL (art. 18 § 1º inciso X da LEI 14.133/2021)**

Nesta fase de planejamento da contratação, não foram vislumbradas necessidades de providências específicas, ademais, a gestora, fiscais e suplente designadas para o contrato são servidoras experientes e não terão dificuldade na fase de execução contratual.

Relação de Gestor e Fiscais	
Gestor:	Cátia Bonin
Fiscal Administrativo:	Bianca Cristina Schreiber
Fiscal de Recebimento/Execução:	Rosilei de Godois
Fiscal Técnico:	Não há necessidade
Suplentes:	Martha Daniela Carboni

- A manifestação de ciência da gestora e fiscais se dará pela assinatura deste ETP.

**13. CONTRATAÇÕES CORRELATAS e/ou INTERDEPENDENTES (art. 18 § 1º inciso XI da Lei 14.133/2021)**

Não existem contratações correlatas ou interdependentes ao objeto deste Estudo Técnico Preliminar. Não se faz necessária a realização de contratações correlatas, para a viabilidade e contratação desta demanda e não se verificou a necessidade de contratações interdependentes.

**14. ALINHAMENTO COM O PCA (art. 18 § 1º inciso II da Lei 14.133/2021)**

A presente parceria não foi prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) por tratar-se de formalização de Termo de Fomento com organização da sociedade civil, cujo regime jurídico é regido integralmente pela Lei nº 13.019/2014, que estabelece instrumentos próprios para a execução das políticas públicas em regime de mútua cooperação e não se enquadra no conceito de contratação pública direta previsto no artigo 6º, inciso LV, da Lei nº 14.133/2021. Assim, sua previsão no PCA, instrumento vinculado às contratações regidas pela Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, não é exigível do ponto de vista jurídico. Contudo, considerando a diretriz institucional de padronização dos documentos de planejamento, bem como o princípio da motivação e da publicidade dos atos administrativos, optou-se por elaborar, nos moldes da Lei nº 14.133/2021, os instrumentos típicos da fase preparatória, como o Documento de Formalização da Demanda, o Estudo Técnico Preliminar e o Termo de Referência adaptado, como forma de conferir maior robustez processual, garantir rastreabilidade da decisão administrativa e assegurar a compatibilidade com as práticas de governança e integridade exigidas pela legislação vigente..

**15. A CONTRATAÇÃO SERÁ GLOBAL, POR LOTES DE ITENS OU POR ITENS**

- (x) Global  
( ) Lote(s) de Itens  
( ) Por Itens

**16. O SERVIÇO OU PRODUTO SE CLASSIFICA COMO?**

- (X) Bens e serviços comuns  
( ) Bens e serviços especiais  
( ) Serviço comum de engenharia



Município de  
**Dois Vizinhos**  
 Estado do Paraná

( ) Serviço especial de Engenharia

Os serviços objeto deste estudo configuram-se como serviços comuns, nos termos da Lei nº 14.133/2021, por tratarem-se de atividades padronizadas, rotineiras e de execução simples, cuja especificação técnica é objetiva, clara e suficientemente definida no termo de referência, não exigindo especialização técnica complexa nem desenvolvimento intelectual específico para sua execução.

- (x) Serviços e fornecimentos (produtos) contínuos
- ( ) Serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra
- ( ) Serviços não contínuos ou contratados por escopo
- ( ) Serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual

O objeto a ser executado por meio da presente parceria configura-se como serviço contínuo, uma vez que compreende a oferta ininterrupta e sistemática de atividades socioassistenciais voltadas à proteção social de adolescentes em situação de vulnerabilidade, executadas de forma regular ao longo de todo o período pactuado, sem previsão de interrupções ou sazonalidades, sendo essencial à manutenção de vínculos, à prevenção de riscos e à continuidade das ações protetivas desenvolvidas no contraturno escolar, cuja descontinuidade comprometeria diretamente os objetivos da política pública de assistência social e os direitos fundamentais do público atendido.

#### **18. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO**

A exigência de garantia contratual não se aplica à presente formalização de parceria, uma vez que se trata de Termo de Fomento firmado com organização da sociedade civil, regido pela Lei nº 13.019/2014, cujo regime jurídico é específico e distinto do previsto na Lei nº 14.133/2021 para contratações públicas típicas. Nos termos do artigo 42 da Lei nº 13.019/2014, os instrumentos de parceria não se submetem à exigência de garantias contratuais, uma vez que sua lógica não se baseia na contraprestação por serviços ou na execução de obras, mas sim na mútua cooperação para a realização de finalidades de interesse público previamente acordadas por meio de plano de trabalho. O modelo de parceria adotado está assentado em princípios próprios, como a confiança mútua, a corresponsabilidade e o controle social, não sendo compatível com a lógica de risco contratual que fundamenta a exigência de garantias nas contratações públicas típicas. Além disso, a exigência de garantia em parcerias com OSCs poderia inviabilizar a participação de entidades idôneas e experientes, mas com menor capacidade financeira, ferindo o princípio da ampla participação previsto no artigo 3º, inciso I, da Lei nº 13.019/2014. Assim, a não exigência de garantia encontra respaldo legal, técnico e operacional, sendo medida adequada, proporcional e compatível com a natureza e os objetivos do instrumento jurídico adotado.

#### **19. CONCLUSÃO PELA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso XIII da LEI 14.133/2021)**

Diante da análise da realidade local, da caracterização da demanda pública, das limitações estruturais e operacionais da administração direta e da compatibilidade da solução proposta com o ordenamento jurídico vigente, conclui-se pela viabilidade técnica, jurídica e econômica da formalização de parceria via termo de fomento, precedido de chamamento público, com organização da sociedade civil qualificada para a execução de atividades socioeducativas, formativas e psicossociais voltadas ao atendimento de 120 adolescentes entre 12 e 18 anos em situação de vulnerabilidade social no município de Dois Vizinhos. A proposta apresenta-se em conformidade com os princípios e diretrizes da Política Nacional de Assistência Social, da Lei nº



Município de  
**Dois Vizinhos**  
Estado do Paraná

13.019/2014, da Constituição Federal e do Estatuto da Criança e do Adolescente, respondendo a um problema público concreto com base em critérios objetivos, planejamento técnico, escuta da rede de proteção e racionalidade administrativa. Trata-se de solução que assegura economicidade, eficiência, continuidade do atendimento e qualificação da política pública, sendo, portanto, a alternativa mais adequada e recomendável à luz do interesse público e da proteção integral dos adolescentes atendidos.

**20. MODALIDADE, CRITÉRIO, MODO DE DISPUTA, ETC (Art. 18, inciso VIII da Lei 14133/2021)**

Procedimentos auxiliares

(x) Credenciamento (Inexigibilidade-Chamamento) Lei Federal nº 13.019/2014

Critério de julgamento: Não se aplica.

Modo de disputa: Não se aplica.

Caráter do orçamento estimado NÃO é sigiloso.

**21. FONTE DE RECURSOS**

(x) Recursos Próprios

( ) Recursos Estaduais

( ) Recursos Federais

Dois Vizinhos, 17 de julho de 2025.

Cátia Bonin  
Secretária de Assistência Social e Cidadania  
Responsável pela Elaboração do ETP  
Matrícula Funcional 19025-1





Município de

# Dois Vizinhos

Estado do Paraná

## ANEXO I – CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO

	Peso	Plenamente Satisfatório	Satisfatório	Insatisfatório
Pontuação		2	1	0
1. Viabilidade de objetivos e metas	2	2	1	0
2. Consonância com objetivos propostos	2	2	1	0
3. Metodologia e estratégia da ação	2	2	1	0
4. Viabilidade de Execução	2	2	1	0
5. Coerência do Plano de Aplicação	2	2	1	0
6. Experiência da entidade no Serviço e no Município	2	2	1	0
7. Sustentabilidade da entidade	2	2	1	0
8. Localização e infraestrutura física	2	2	1	0
9. Adequação aos critérios estabelecidos no Plano de Trabalho	2	2	1	0
10. Oferta de oportunidades de participação das famílias	2	2	1	0
Total				

**Viabilidade dos Objetivos e Metas:** Se os objetivos específicos são viáveis e exequíveis. Se as metas estão de acordo com o solicitado pelo Chamamento. **Peso: 2.**

**Consonância com objetivos propostos:** Se os objetivos estão de acordo com o previsto pela legislação. **Peso: 2.**

**Metodologia e Estratégia de Ação:** Se o projeto demonstra clareza na forma como vai se desenvolver; deve descrever o caminho escolhido, os métodos, técnicas e estratégias pensadas para cada objetivo proposto. **Peso: 2.**



Município de

# Dois Vizinhos

Estado do Paraná

**Viabilidade de Execução:** Se o projeto demonstra proximidade com a realidade do território; se há coerência metodológica que viabilize a execução do projeto. **Peso: 2.**

**Coerência no Plano de Aplicação de Recursos:** Se há compatibilidade na aplicação dos recursos com a proposta de trabalho. **Peso: 2.**

**Experiência da Entidade no Serviço e no Município:** Se a proposta traz conhecimento sobre a realidade da comunidade ou do público-alvo; e se demonstra experiência com o serviço proposto. **Peso: 2.**

**Sustentabilidade da Entidade:** Se a Entidade possui outras fontes de recurso e/ou apoio institucional. **Peso: 2.**

**Localização e Infraestrutura física:** Descrever se o local e a infraestrutura prevista atende às necessidades do projeto. **Peso: 2.**

**Adequação aos critérios estabelecidos no Plano de Trabalho:** Objetividade na apresentação do Plano de Trabalho, conforme previsto no Manual de Orientação para Formalização de Repasses Públicos ao Terceiro Setor. **Peso: 2.**

**Oferta de oportunidades de participação das famílias:** Participação das famílias no projeto com oferta de atividades que favoreçam a informação, a orientação e o apoio às famílias. **Peso: 2.**

**O PROPONENTE** que não atingir a pontuação mínima de 12 (doze) pontos dos 20 (vinte) possíveis será desclassificado.

O PROPONENTE classificado em primeiro lugar, na forma prevista neste Edital será convocado pelo Município de Dois Vizinhos para celebração do TERMO DE FOMENTO até o montante previsto neste Edital, conforme a quantia prevista na sua Proposta, observada a ordem e critérios de classificação.

O PROPONENTE convocado pelo Município de Dois Vizinhos deverá apresentar os documentos indicados nos artigos 33 e 34 da Lei n. 13.019/2014, de maneira a comprovar sua regularidade jurídica e fiscal.

Na eventualidade do proponente convocado não conseguir apresentar sua regularidade

nos termos do subitem anterior o Município de Dois Vizinhos convocará o classificado imediatamente posterior e assim sucessivamente até encontrar o PROPONENTE regular, nos termos da Lei n. 13.019/2014.

Não havendo proponentes classificados capazes de firmar a parceria pretendida, o Município de Dois Vizinhos encerrará o presente CHAMAMENTO PÚBLICO.

O prazo de validade das Propostas de Trabalho será de 60 (sessenta) dias, a contar da

data da publicação do Resultado Final no Diário Oficial do Município de Dois Vizinhos.

Se por motivo de força maior, a celebração da parceria não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta, ou seja, em 60 (sessenta) dias, e persistindo o interesse



Município de  
**Dois Vizinhos**  
Estado do Paraná

do Município de Dois Vizinhos, poderá ser solicitada ao PROPONENTE a prorrogação da validade da proposta por igual prazo.

Caso todas as Propostas de Trabalho sejam desclassificadas, a Comissão de Seleção poderá fixar o prazo de 15 (quinze) dias úteis para apresentação de nova documentação ou de nova proposta visando sanar os vícios detectados.

Na hipótese de não celebração da parceria no prazo constante do item 7.8 acima, os PROPONENTES ficarão liberados de quaisquer compromissos assumidos.

Caso todas as proponentes sejam desclassificadas, a Comissão de Seleção poderá fixar o prazo de 15 (quinze) dias úteis para apresentação de nova documentação ou de nova proposta de trabalho visando sanar os vícios detectados.

Assinado por 5 pessoas: CÁTIA BONIN, BIANCA CRISTINA SCHREIBER, ROSILEI DE GODOIS, MARTHA DANIELA CARBONI e MATEUS JOÃO CORDEIRO SCHMOELLER DE LIMA  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://doisvizinhos.1doc.com.br/verificacao/CE9B-8F7D-488C-7156> e informe o código CE9B-8F7D-488C-7156



Município de  
**Dois Vizinhos**  
Estado do Paraná

ANEXO II – MODELO DE OFÍCIO

Ofício nº XXX/2025

Dois Vizinhos, ..... de agosto de 2025.

Prezado Senhor Prefeito

Em atenção ao Chamamento Público nº XXX/2025 vimos a presença de Vossa Excelência para solicitar a celebração da parceria para execução do Plano de Trabalho, ou seja, liberação de recursos no valor de R\$ .....para desenvolver o projeto intitulado .....em regime de mútua cooperação para a consecução de finalidades de interesse público.

(A justificativa para o Termo de Fomento deve ser descrita por meio do relato da importância do repasse no contexto do município, indicando sua participação na melhoria, bem-estar e qualidade de vida da população).

Aproveitamos a oportunidade para renovar nossos protestos de estima e consideração.

Respeitosamente,  
(Dirigente/Presidente da entidade)  
Nome Completo  
CPF

A Vossa Excelência  
LUIS CARLOS TURATTO  
Prefeito Municipal  
Dois Vizinhos – PR





Município de

**Dois Vizinhos**

Estado do Paraná

**ANEXO III – MODELO RELAÇÃO NOMINAL ATUALIZADA CONTENDO OS  
NOMES DOS DIRIGENTES E CONSELHEIROS DA ENTIDADE E PERÍODO DE  
ATUAÇÃO**

**C E R T I D ã O**

A \_\_\_\_\_ (razão social da entidade), inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, representada pelo senhor presidente/diretor/provedor (a) \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_, Certifico que os dirigentes e conselheiros desta referida entidade, cujo período de atuação é de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ a \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, são:

Nome	Cargo	RG	CPF
	Presidente		
	Vice Presidente		
	Outros...		

Segue anexo a essa Certidão cópias dos documentos sendo estes RG e CPF (autenticados) do **presidente** da entidade.

Dois Vizinhos, ..... de ..... de 2025.

Assinatura Responsável  
Identificação e nº do CPF



Município de

**Dois Vizinhos**

Estado do Paraná

**ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA**

Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná

Ref.: Chamamento nº XXX/2025

**RAZÃO SOCIAL e CNPJ:****ENDEREÇO:**

1- Declaramos, sob as penas da Lei, que é inexistente os impedimentos para celebrar parceria previstos no artigo 39 da Lei Federal 13.019/14, bem como de que não empregará, para a execução da parceria, qualquer pessoa que tenha sido condenada pelos crimes previstos no § 5º do artigo 47 da mesma Lei Federal.

2- Declaramos, , que não empregamos menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menores de 16 (dezesseis) anos. Ressalvamos ainda, que, caso empregue menores na condição de aprendiz (a partir de 14 anos, deverá informar tal situação no mesmo documento).

3- Declaração, sob as penas da lei, que não emprega ninguém em regime de trabalho escravo.

4- Declaramos, sob as penas da lei, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5- Declaramos ter conhecimento e estar ciente das responsabilidades previstas na Lei Federal nº 13.019/2014, declaro ainda para os devidos fins e sob penas da lei, que a entidade dispõe de estrutura física e de pessoal, com capacidade administrativa, técnica e gerencial para a execução ou manutenção das ações previstas no Projeto e no Plano de Trabalho proposto, assumindo inteira responsabilidade pelo cumprimento de todas as metas, acompanhamento e prestação de contas, bem como em atender o art. 43 da Lei Federal nº 13.019/2014.

6- Declaramos para os devidos fins e sob penas da lei, que se formos selecionados para assinatura do Termo de Fomento, providenciaremos a abertura de Conta Específica e encaminharemos as informações relativas a conta no momento da assinatura do Termo de Fomento.

7- Declaramos para devidos fins e sob penas da lei que a Entidade não tem como dirigentes ou controladores:

**a)** membros do Poder Executivo da concedente dos recursos ou do Legislativo Municipal ou Estadual, conforme o caso, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade até o 3º grau;

**b)** servidor público vinculado ao Poder Executivo da concedente dos recursos ou do Legislativo Municipal ou Estadual, conforme o caso, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade até o 3º grau, salvo se comprovada a inexistência de conflito com o interesse público.



Município de  
**Dois Vizinhos**  
 Estado do Paraná

8- Declaramos que a entidade se compromete a atender a Lei Federal nº 13019/2014 e dar publicidade ao objeto pactuado.

9- Declaramos para os devidos fins e sob penas da lei, que a formalização do Termo de Parceria com o Município de Dois Vizinhos não contraria o Estatuto da entidade e que a mesma está em dia com as prestações de contas referente a recursos recebidos do Município de Dois Vizinhos, complementa-se a esta declaração que a entidade está adimplente com o Poder Público Municipal.

10- Declaramos que a entidade não contratará parentes ou empresas, inclusive por afinidade, de dirigentes vinculados a este objeto, bem como membros do Poder Público concedente.

11- Declaramos para os devidos fins que a entidade teve seu início das atividades em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ e que seu Estatuto atende os art. 33 e 34 da Lei Federal nº 13.019/14.

12- Declaramos para os devidos fins que a entidade se compromete em aplicar os recursos repassados de acordo com o art. 51 da Lei 13019/2014 bem como prestar contas na forma dos art.(s) 63 a 68 da mesma Lei.

13- Declaramos que a entidade efetivará suas compras e contratações da seguinte forma: (descrever como será efetivado ambas as coisas).

..... de 2025.

Local e Data

Assinatura do Responsável

**Identificação e nº CPF**



## ANEXO V – MODELO DE PLANO DE TRABALHO

## PLANO DE TRABALHO

**1. DADOS CADASTRAIS****1.1 – Dados Cadastrais da Instituição Proponente**

Nome da Instituição Proponente		CNPJ
Endereço		CEP
Telefone ( )	E-mail institucional	
Banco*	Nº Agência	Nº Conta Corrente
Nome do Responsável Legal da Instituição Proponente		
Função	RG	CPF
Telefone ( )	Celular ( )	E-mail
Endereço Residencial		CEP
Telefone ( )	Informação Adicional	
Nome do Responsável Técnico pela execução do Serviço		
Função	RG	CPF
Endereço Residencial		CEP
Telefone ( )	E-mail institucional	
Formação	Nº registro no Conselho Profissional	

**2. DESCRIÇÃO DO PROJETO**

Título do Projeto:	Duração: ( ) Meses
Objeto da Transferência:	Período da Execução: Início: (Previsão em dia/mês/ano): Término: (Previsão em dia/mês/ano):
Valor Previsto:	
Identificação do Objeto: ( ) Aquisição de Equipamentos e Material Permanente ( ) Atividades, Serviços ou Manutenção ( ) Obras (Construções, Ampliações e Reformas) ( ) Aquisição de Imóveis	
Justificativa para Formalização:	





Município de

# Dois Vizinhos

Estado do Paraná

<b>Público Alvo:</b>		
<b>Local / endereço onde serão executados o Serviço e a infraestrutura disponível para execução do Projeto:</b>		
<b>Estrutura física: ( ) própria ( ) cedida ( ) alugada ( ) outros</b>		
<b>Cômodo</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Tipo de atividades desenvolvidas no espaço</b>
<b>Equipamentos disponíveis:</b>		
<b>Quantidade</b>	<b>Tipo de Equipamento</b>	
<b>Descrever o diagnóstico da realidade que serão objeto das atividades. (Identificação e qualificação da demanda):</b>		

### 3. METAS

**Metas a serem atingidas de atividades ou projetos a serem executados (definição e detalhamento):**

- I.
- II.

**Unidade de medida da meta:**

( ) Metro linear      ( ) Metro quadrado      ( ) Percentual      ( ) Pessoa(s)  
 ( ) Procedimento(s)      ( ) Atendimento(s)      ( ) Unidade(s)

**Quantidade:**

Metas	Etapa/ Fase	Descrição da Etapa/Fase	Indicador Físico		Duração	
			UN	Qtde	Data de Início	Data de Término
I.	1.	Acolhimento da demanda e Famílias dos Interessados			Xx/xx/20xx	Xx/xx/20xx
II.	1.	Execução das atividades no SCFV dos inscritos			Xx/xx/20xx	Xx/xx/20xx
	2.	Apresentações			Xx/xx/20xx	Xx/xx/20xx
III.	1.	Reuniões de Pais, encontros mensais.			Xx/xx/20xx	Xx/xx/20xx



Município de

# Dois Vizinhos

Estado do Paraná

	2.	Visitas às Famílias			Xx/xx/20xx	Xx/xx/20xx
IV.	1.	Produzir e servir diariamente alimentação			Xx/xx/20xx	Xx/xx/20xx
	2.	Satisfazer as necessidades físicas			Xx/xx/20xx	Xx/xx/20xx
	3.	Aumentar a qualidade de vida			Xx/xx/20xx	Xx/xx/20xx

## 4. INDICADORES DE AVALIAÇÃO

Metas Quantitativas:

Metas Qualitativas:

## 5. METODOLOGIA DE TRABALHO

Descrever detalhadamente como as atividades serão desenvolvidas com o público alvo e os resultados esperados:

## 6. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO

Apontar formas de monitoramento de todos os atores envolvidos e avaliação do projeto. Avaliando de forma clara se todos os objetivos propostos serão cumpridos:

## 7. RECURSOS HUMANOS NECESSÁRIOS:

NOME	Carga horária	Escolaridade	Função desenvolvida	Valor

## 8. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

## 9. PLANO DE APLICAÇÃO



Município de

# Dois Vizinhos

Estado do Paraná

Código	Natureza da Despesa	Valor Total
TOTAL GERAL		

## 9.1 DETALHAMENTO DAS DESPESAS

Nome	Salário	FGTS	INSS	13º salário	Férias	Total gasto com cada colaborador
TOTAL DE DESPESA GASTO COM PESSOAL						

33.90.30.14.00- Material Educativo e Esportivo – R\$			
Descrição Produto	Quantidade	Valor unitário	Valor Total
Subtotal			
33.90.30.16.00 - Material de Expediente – R\$			
Descrição Produto	Quantidade	Valor unitário	Valor Total
Subtotal			
33.90.39.81.00 - Serviços Bancários – R\$			
Descrição Produto	Quantidade	Valor unitário	Valor Total
Subtotal			
TOTAL GERAL			

## 10. FONTES DE RECURSOS DA OSC:

Fontes de Recursos da OSC	Valor total anual dos Recursos R\$
Governo Federal	
Governo Estadual	
Governo Municipal	
Doações ou Contribuições Individuais	
Entidades Religiosas	
Empresas Privadas, Institutos e Fundações Empresariais	
Vendas de Produtos e Serviços	



Município de

# Dois Vizinhos

Estado do Paraná

Outros, quais?	
<b>TOTAL</b>	

## 11. PRESTAÇÃO DE CONTAS

- A prestação de contas deve ser encaminhada por bimestre, até 15 (quinze) dias após o último dia do bimestre, sendo formada por todas as notas fiscais e pagamentos realizados pela entidade, orçamentos, extratos bancários (conta corrente e aplicação), listagem de presença dos usuários, relatórios técnicos da execução das atividades, relatório contendo os indicadores quantitativos e qualitativos.
- A comissão de monitoramento realizará análise dos documentos e ainda dos relatórios de supervisões diretas e indiretas da execução do Plano de trabalho e deliberará sobre a aprovação das prestações de contas no prazo de 15 (quinze) dias contados do recebimento da prestação de contas.
- Tais decisões serão encaminhadas ao Prefeito Municipal para ciência e deliberação no prazo de 10 (dez) dias.
- Da decisão de irregularidade da prestação de contas cabe recurso ao Prefeito Municipal no prazo de 15 (quinze) dias contados da notificação por escrito da entidade.

## 12. DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal da proponente, declaro, para fins de prova junto à Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos, que as informações que constam neste Plano de Trabalho e Aplicação, para os efeitos e sob as penas da Lei, que inexistem qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas nos orçamentos do Município, na forma deste plano de atendimento.

Se houver algo em contrário ou inverídico, me responsabilizo na forma legal.

Com isso, pede-se o DEFERIMENTO do Plano de Trabalho.

Dois Vizinhos- PR, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante OSC

## 13 - APROVAÇÃO PELO CONCEDENTE

Dois Vizinhos, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

\_\_\_\_\_  
**Luis Carlos Turatto**  
**Prefeito**





## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: CE9B-8F7D-488C-7156

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



CÁTIA BONIN (CPF 007.XXX.XXX-46) em 31/07/2025 11:20:56 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



BIANCA CRISTINA SCHREIBER (CPF 085.XXX.XXX-35) em 31/07/2025 11:53:47 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



ROSILEI DE GODOIS (CPF 003.XXX.XXX-50) em 31/07/2025 11:55:51 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



MARTHA DANIELA CARBONI (CPF 077.XXX.XXX-95) em 31/07/2025 11:58:32 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



MATEUS JOÃO CORDEIRO SCHMOELLER DE LIMA (CPF 102.XXX.XXX-51) em 31/07/2025 13:29:34 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://doisvizinhos.1doc.com.br/verificacao/CE9B-8F7D-488C-7156>